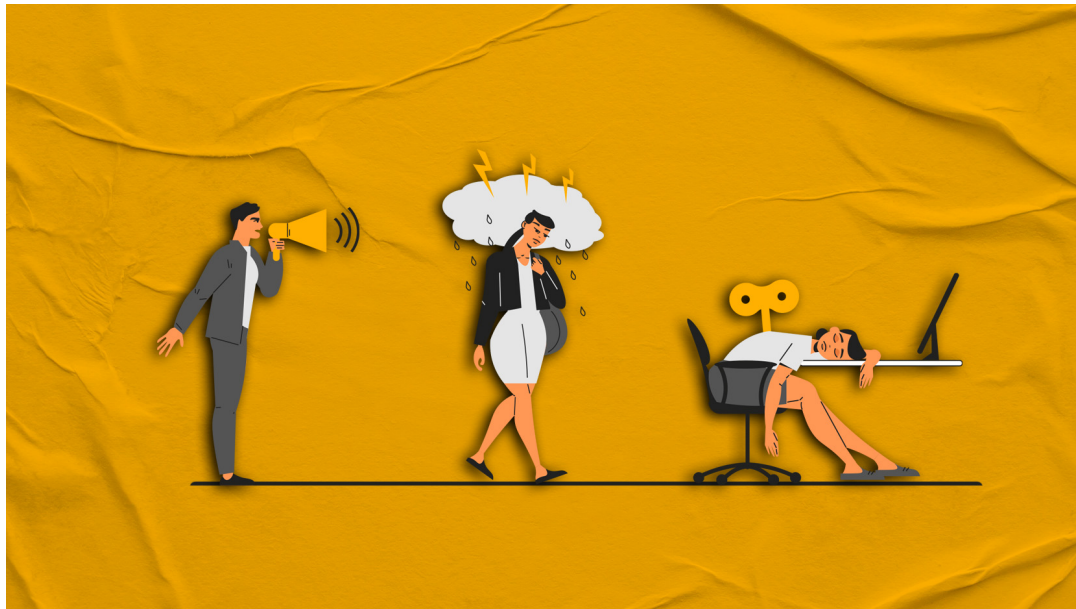


Falta de funcionários judiciais causa stress nos magistrados do Ministério Público

eco.sapo.pt/2024/09/03/falta-de-funcionarios-judiciais-causa-stress-nos-magistrados-do-ministerio-publico

Filipa Ambrósio de Sousa

3 de setembro de 2024



As conclusões do “Estudo sobre condições de trabalho, desgaste profissional e bem-estar dos magistrados do Ministério Público portugueses”, são apresentadas esta sexta-feira.

O elevado volume processual, a falta de apoio à conciliação entre trabalho e família, o impacto das inspeções judiciais ao desempenho profissional, a participação nos concursos para movimentos e a falta de oficiais de justiça são alguns dos motivos apontados como “riscos psicossociais com preocupantes riscos para a saúde” dos magistrados do Ministério Público.

As conclusões do “Estudo sobre condições de trabalho, desgaste profissional e bem-estar dos/as magistrados/as do Ministério Público portugueses/as”, são apresentadas esta sexta-feira, 6 de Setembro, pelas 14h30, no auditório do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), em Lisboa.

Recorde-se que o estudo, coordenado pelos investigadores Paula Casaleiro e João Paulo Dias, resulta de um acordo de Colaboração entre o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), no âmbito do Observatório Permanente da Justiça, e a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP).

Os dados já conhecidos dão conta de “**fatores de riscos psicossociais com preocupantes riscos para a saúde, como sejam as fortes exigências cognitivas, o elevado ritmo de trabalho, o preocupante conflito entre trabalho e família e as**

alarmantes exigências emocionais”, segundo explica o documento.

Entre os fatores de risco específicos da magistratura do Ministério Público, “destaque para os/as que consideram como sendo causas muito stressantes para o seu exercício profissional: o elevado volume processual; a falta de apoio à conciliação entre trabalho e família; o impacto das inspeções judiciais ao desempenho profissional; a participação nos concursos para movimentos; e, a falta de oficiais de justiça”.